Respeito à sinalização viária é tema de ação educativa para crianças e adolescentes, em Porto Velho



O respeito à sinalização viária, à faixa de pedestres e às regras de circulação esteve no centro de uma ação educativa realizada pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO). A atividade, executada pela Escola Pública de Trânsito (Eptran) no dia 30 de outubro, em Porto Velho, reuniu 57 crianças e adolescentes com idades entre 7 e 15 anos, atendidos pela Associação Luz do Alvorecer (Aluz). **Página 08**

CI pede auditoria em concessão rodoviária entre RO e MT Página 05

A Gazeta de Rondônia

32 Anos

agazetaderondonia.com.br

Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5153 - Rondônia, quarta-feira, 11 de Novembro de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R$ 1,50 - outros estados R$ 3,00

Dinheiro esquecido no sistema financeiro ultrapassa R$ 6 bilhões

Quase 70% recebem quantias inferiores a R$ 10

Página 07

7

Alero aprova R$ 16,8 milhões para defesa agropecuária, gestão pública e companhia de gás



Foto: Divulgação



Alero aprova R$ 16,8 milhões para defesa agropecuária, gestão pública e companhia de gás

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou, em sessão ordinária, três Projetos de Leis (PLs) de autoria do Poder Executivo que autorizam a abertura de créditos adicionais no orçamento estadual, totalizando R$ 16.755.000,00. As propostas contemplam a defesa sanitária agropecuária, a manutenção de serviços administrativos e o cumprimento de obrigações do Estado junto à Companhia Rondoniense de Gás (Rongás).

O maior volume de recursos está previsto no Projeto de Lei 1.548/2026, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar de R$ 10 milhões em favor da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron). O montante será destinado ao pagamento da remuneração de servidores ativos e encargos sociais da autarquia.

Os recursos são provenientes de superávit financeiro apurado no exercício de 2025. A medida busca garantir o cumprimento das obrigações com pessoal e contribuir para a continuidade das atividades desempenhadas pela Idaron, órgão responsável por ações de defesa sanitária animal e vegetal, fundamentais para a proteção da produção agropecuária e o desenvolvimento do setor rural em Rondônia.

Outro projeto aprovado foi o PL 1.580/2026, que prevê a abertura de crédito adicional suplementar de R$ 6,5 milhões para a Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos (Sugesp). Os recursos serão direcionados à manutenção das atividades administrativas e de estruturas utilizadas pelo governo do estado.

Do total autorizado, R$ 3,4 milhões serão destinados à manutenção administrativa da unidade e R$ 2,5 milhões às atividades de comunicação e transmissão de atos e fatos do governo. Outros R$ 250 mil estão previstos para a manutenção do Palácio Rio Madeira e seus anexos, R$ 250 mil para ações de acesso aos serviços de atendimento ao cidadão e R$ 100 mil para o desenvolvimento das atividades nos dez polos regionais.

Conforme a justificativa encaminhada pelo Executivo, a suplementação busca assegurar a continuidade dos contratos e serviços essenciais ao funcionamento das unidades administrativas, incluindo conservação, manutenção predial, tecnologia da informação e atendimento à população.

Aportes à companhia de gás

Os parlamentares também aprovaram o Projeto de Lei 1.573/2026, que autoriza crédito adicional especial de R$ 255 mil em favor da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedec). O valor será utilizado para aporte de capital na Companhia Rondoniense de Gás (Rongás), sociedade de economia mista da qual o Estado é acionista.



De acordo com a proposta, os recursos permitirão regularizar aportes de capital referentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2026, atendendo a compromissos assumidos pelo Estado como acionista da companhia.

A regularização é importante para o cumprimento das obrigações societárias e a manutenção do equilíbrio financeiro da empresa, responsável por atividades relacionadas ao setor de gás natural em Rondônia.

Função da Assembleia Legislativa

A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais depende de autorização legislativa, conforme previsto na Constituição Federal. Enquanto os créditos suplementares reforçam dotações já existentes no orçamento, os especiais permitem incluir despesas que não possuem dotação específica na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nesse processo, cabe à Assembleia Legislativa analisar e votar as propostas encaminhadas pelo Poder Executivo, autorizando ou não as alterações orçamentárias necessárias para a destinação dos recursos.

As sessões da Assembleia Legislativa acontecem às terças-feiras, às 15h, e às quartas-feiras, às 9h. A população pode acompanhar presencialmente ou pelos canais da TV Assembleia (7.2) e YouTube. Mais informações sobre os projetos e as votações estão disponíveis no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (Sapl) e no site oficial da Alero.

Texto: Ivanete Damasceno | Jornalista Secom ALE/RO
Foto: Governo de Rondônia e Thyago Lorentz | Secom ALE/RO

Polícia Federal apreende mais de uma tonelada de drogas em terra indígena em Guajará-Mirim



A Polícia Federal, em atuação conjunta com forças de segurança estaduais e federais, apreendeu 1.250 quilos de entorpecentes na tarde desta terça-feira, dia 10 de novembro de 2026. A apreensão ocorreu em uma área de terra indígena localizada no município de Guajará-Mirim, na fronteira do estado de Rondônia, durante ações de fiscalização ambiental no âmbito da Operação Madeira-Mamoré.

Devido à complexidade geográfica e à dificuldade de acesso à região, a ofensiva mobilizou uma aeronave do Grupo de Aviação da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec-RO) e contou com o suporte logístico do Exército Brasileiro. No solo, as equipes contaram com o reforço da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil e da Receita Federal, que utilizou um cão de faro para a localização do material ilícito.

Todo o volume apreendido foi encaminhado à Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim para o registro dos procedimentos de polícia judiciária. A Polícia Federal instaurou inquérito para apurar as circunstâncias do transporte do entorpecente e identificar os responsáveis, que responderão pelo crime de tráfico internacional de drogas. A Operação Madeira-Mamoré reúne ainda órgãos como PRF, BPFRON, Denarc, Força Nacional e o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia no combate aos crimes transfronteiriços na região.

Fonte: News Rondônia



Obra de pavimentação urbana é realizada pelo governo de RO, no município de Parecis

A obra de infraestrutura urbana no município de Parecis, realizada pelo governo de Rondônia, em parceira com a Prefeitura do município está avançando com serviços de drenagem e pavimentação dentro do perímetro urbano da cidade, executados pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER-RO), com 6 quilômetros de pavimentação em andamento.

Até o momento, já foram executados 3.600 metros de drenagem profunda, etapa fundamental para garantir o escoamento pluvial das águas de modo adequado, proporcionando maior durabilidade ao pavimento. A base e a sub-base também já estão concluídas e, as equipes trabalham atualmente na execução de 1.600 metros de capa asfáltica.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a união entre o estado e os municípios é fundamental para ampliar os investimentos em infraestrutura e garantir melhorias ao cidadão. “O trabalho conjunto com os municípios visa aprimorar cada vez mais a entrega dos serviços à população. A parceria permite levar infraestrutura, melhorar a mobilidade urbana e proporcionar mais qualidade de vida aos moradores de Parecis”, ressaltou.

LONGA DURABILIDADE

Durante visita técnica ao local, o diretor-geral do DER-RO, Diego Muniz, acompanhou de perto o andamento dos trabalhos e verificou a execução das etapas da obra. “É importante acompanhar as obras de perto e garantir qualidade na execução. Os serviços contemplados são essenciais para que o pavimento tenha resistência e uma longa durabilidade para a região”, destacou.

A intervenção vai proporcionar aos moradores de Parecis melhores condições de trafegabilidade e circulação de veículos, contribuindo para o desenvolvimento do município.

Texto: Antonia Lima
Fotos: George Henrique
Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE
José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO
Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO
Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE
Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO
Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais, editais, licenças ambientais e outros:
editalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br

Filiado a:
AJD-RO Associação dos Jornais Diários Impressos do Estado de Rondônia



Brasil conclui destinação de R$ 28,3 bilhões em títulos sustentáveis

O governo federal concluiu a alocação integral dos R$ 28,3 bilhões líquidos captados com três emissões de títulos soberanos sustentáveis no mercado internacional desde 2023. Os dados estão no Relatório de Alocação e Impacto 2026 (RAI 2026), publicado pelo Tesouro Nacional nesta terça-feira (10).

Do total, R$ 17 bilhões foram destinados a despesas ambientais e R$ 11,3 bilhões a ações sociais, mantendo a proporção de 60% e 40%, respectivamente. As emissões dos três títulos (Global 2031, Global 2032 e Global 2033) captaram, juntas, US$ 5,5 bilhões.

Os títulos sustentáveis são instrumentos de dívida emitidos por governos ou empresas para captar recursos destinados a projetos com objetivos ambientais, sociais ou ambos.

No caso dos títulos soberanos brasileiros, os valores devem ser aplicados em despesas elegíveis conforme as regras do Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis.

Entre as iniciativas contempladas estão projetos de energia renovável, combate à pobreza e preservação da biodiversidade.

Distribuição dos recursos

O relatório apresenta a destinação integral dos recursos líquidos das três emissões. A distribuição por título foi a seguinte:

Global 2031: R$ 9,62 bilhões, sendo R$ 5,77 bilhões para despesas ambientais e R$ 3,85 bilhões para sociais;

Global 2032: R$ 10,83 bilhões, com R$ 6,5 bilhões destinados à área ambiental e R$ 4,33 bilhões à social;

Global 2033: R$ 7,8 bilhões, dos quais R$ 4,68 bilhões foram aplicados em despesas ambientais e R$ 3,12 bilhões em sociais.

A alocação integral do Global 2031 já havia sido apresentada no relatório de 2025. Por isso, a edição deste ano detalha principalmente a conclusão da destinação dos recursos dos títulos Global 2032 e Global 2033.

No Global 2032, o documento consolida a aplicação dos R$ 3,8 bilhões que ainda precisavam ser reportados. Já no Global 2033, apresenta a destinação de todo o montante captado, de R$ 7,8 bilhões.

Projetos financiados

Entre as despesas ambientais contempladas estão iniciativas que buscam:

controle das emissões de gases de efeito estufa,

energia renovável,

transporte limpo,

gestão de recursos hídricos,

adaptação às mudanças climáticas,

gestão de resíduos sólidos

economia circular.

Na área social, os recursos foram direcionados a ações de:

combate à pobreza;

segurança alimentar;

universalização do saneamento básico;

proteção dos direitos de povos indígenas e mulheres rurais.

Entre as principais destinações por categoria, o relatório destaca:

Global 2032: 38,9% para energia renovável e 36% para combate à pobreza: .

Global 2033: 20% para combate à pobreza, 17,5% para biodiversidade terrestre e aquática: 15,8% para energia renovável.

Entre os projetos e programas financiados pelos títulos sustentáveis estão:

Bolsa Verde, apoio a famílias vulneráveis que vivem em áreas de conservação ambiental;

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), compra de produtos da agricultura familiar sem licitação para combater a fome e fortalecer a economia local;

iniciativas relacionadas à energia solar.

Avaliação de impacto

A avaliação do relatório relaciona os resultados das despesas aos programas e às metas do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027.

O documento também considera indicadores de projetos financiados pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Clima, operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo o Tesouro, o cálculo dos valores alocados considerou despesas elegíveis pagas de janeiro de 2023 a junho de 2026.

Foram incluídos gastos com recursos orçamentários e desembolsos do Fundo Clima em projetos alinhados às regras brasileiras para títulos soberanos sustentáveis.

Verificação independente

Elaborado pelo Comitê de Finanças Soberanas Sustentáveis (CFSS), sob liderança da Secretaria do Tesouro Nacional e com a colaboração de diferentes órgãos do governo, o RAI 2026 passou por verificação independente de terceira parte.

O documento segue princípios da International Capital Market Association (ICMA), entidade que estabelece diretrizes para o mercado internacional de capitais, incluindo referências para emissões de títulos sustentáveis.

Fonte: Agência Brasil

Dino: audiência é sobre aplicação de 5x2 e não para questionar medida



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nesta terça-feira (10), durante abertura de audiência de conciliação sobre a escala 5x2, que a sessão não tem como objetivo colocar o aumento do repouso semanal em discussão, mas somente debater formas de implementar a medida.

"Evidentemente o Supremo Tribunal Federal não irá repetir o debate de mérito que cabe ao Congresso Nacional. O objetivo da audiência não é discutir a conveniência e a oportunidade da política pública, uma vez que essa é uma decisão de caráter eminentemente político."

Dino disse não ter esperança de que acordos sejam alcançados com a conciliação, mas que a audiência buscará fazer uma lista das controvérsias trazidas pela Emenda Constitucional sobre a 5x2, no que diz respeito à aplicação da medida.

O ministro é relator de ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) abertas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que pediram a suspensão do fim da escala 6x1.

Nas ações, as entidades expressaram o receio de que não haja tempo hábil para os setores produtivos e os sindicatos fechem acordos que tornem possível implementar a ampliação do descanso semanal para dois dias e também a redução de jornada de 44h para 42h semanais.

A redução da jornada semanal para 42h está prevista para entrar em vigor em 16 de dezembro, com uma nova redução para 40h em dezembro de 2027. As confederações temem, por exemplo, que ao não alcançar os acordos seja logo exigida a jornada mais curta, de 40h, sem transição.

Dino buscou tranquilizar as centrais. "Mesmo que eventualmente não haja os acordos, não existe cenário de redução de 44h para 40h no dia 16 de dezembro", afirmou. "Isso foi uma decisão política do Congresso Nacional."

Flexibilização

Entre as controvérsias sobre a implementação da emenda do 5x2, Dino disse que, a partir das falas de representantes das centrais sindicais e das confederações, há consenso em ao menos um ponto: a necessidade de flexibilização da regra que obriga o gozo das duas folgas semanais no mesmo mês, caso alguma atividade não consiga liberar as folgas dentro de uma semana de trabalho.

Isso ocorre para atividades, por exemplo, de exploração petrolífera, em que trabalhadores embarcados trabalham por mais de cinco dias seguidos. Pela emenda, nesse caso, as duas folgas semanais devem ser compensadas no mesmo mês calendário, e no mínimo uma delas deve ser garantida dentro da semana de trabalho, não sendo possível assim o trabalho por sete dias seguidos.

"O limitador mensal ou semanal pode ser flexibilizado mediante negociação coletiva. Isso é necessário porque a emenda constitucional induz a outra coisa, induz à rigidez", disse o ministro, indicando que deverá decidir sobre o tema dentro dos próximos dias.

Participantes

Ao todo, 21 entidades participam da audiência de conciliação sobre a implementação da escala 5x2. São elas:

Centrais sindicais:

Força Sindical

Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT Nacional)

Intersindical (Central da Classe Trabalhadora)

Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas)

Pública (Central do Servidor)

Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)

Confederações sindicais nacionais de empregadores:

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Confederação Nacional do Transporte (CNT)

Confederação Nacional da Tecnologia da Informação e Comunicação (ConTIC)

Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF)

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Confederação Nacional do Turismo (CNTur)

Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop)

Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde)

Confederação Nacional da Comunicação Social (CNCOM)

Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN)

Fonte: Agência Brasil

Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 30/2026

Órgão Contratante: Prefeitura Municipal de Nova União/RO.
Processo nº 7/2026.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de Transporte Escolar, com o objetivo de atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, cultura, esportes e Turismo SEMECET, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Valor estimado de R$ 2.535.058,59
Data da Sessão Pública: 27 de novembro de 2026, às 9:00 horas. (Horário de Brasília)
Modo de Disputa: Aberto
Critério de Julgamento: Menor preço por item
Local da disputa virtual: www.licitanet.com.br (Licitanet).
A retirada do Edital completo poderá ser efetuada gratuitamente nos sites do Licitanet: https://www.licitanet.com.br, no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais ou no Portal da Transparência do Município: "https://transparencia.novauniao.ro.gov.br/transparencia".
Informações Complementares poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Independência, nº. 1135, de segunda a sexta-feira, das 07h00min, às 13h00min, exceto feriado, e pelo e-mail "licitacaonuro@gmail.com".
Nova União/RO, 10 de novembro de 2026.

Nilton Cesar Moreira
Pregoeiro/Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2026/EXCLUSIVO

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), Processo nº 100566/2026/SEMCOM, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Ar condicionado, pedestal para banner, kit de bandeiras, microfone sem fio, tribuna para eventos, câmera fotográfica, papel sulfite e serviço de instalação de ar-condicionado para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Comunicação – SEMCOM conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. R$ 40.210,96 (Quarenta mil duzentos e dez reais e noventa e seis centavos). Início da sessão: 30/11/2026 às 09h30min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena e Licitanet.
Vilhena-RO,10/11/2026.

CLEIMAR RODRIGUES DE LIMA – PREGOEIRO

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO
No 036/SUMPEL/2026
SRP – ITENS EXCLUSIVOS ME/
EPP/MEI- ITENS AMPLA

PARTICIPAÇÃO E COTA RESERVADA ME/EPP/MEI
O Municipio de São Miguel do Guaporé -RO, através da SUMPEL,Decreto no 191/2026, realizará licitação, modalidade Pregão Eletrônico, menor preço por Item, modo de disputa Aberto, beneficio Regional/Local em conformidade com Lei Federal no 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Ferramentas, equipamentos e materias de construção e oficina em atendimento as demandas da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guapore/RO, Processo Administrativo no 1233/SEMAGRI/2026. Data: 25/11/2026 ás 09:00hs horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Valor estimado R$ 1.896.211,23 (Hum milhão oitocentos e noventa e seis mil duzentos e onze reais e vinte e três centavos).Edital/Termo à disposição no site supracitado, Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br, e sala da SUMPEL na Prefeitura Municipal, no horário das 07h00min às 13h00min.
São Miguel do Guaporé/RO, 10 de novembro de 2026.

Edvaldo Ferreira da Silva
Superintendente Municipal de Licitações.

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE
COMPRAS E LICITAÇÕES-SUMPEL
ERRATA
AVISO DE DISPENSA PRESENCIAL
No 024/2026/SUMPEL
Processo Administrativo no 2412/SEMAT/2026

Objeto: Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada em serviços de locação de 01 (um) caminhão caçamba (potência mín. 320 CV, capacidade mín. 27 t, ano 2009), com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva e seguros inclusos, para transporte de RSU da Estação de Transbordo ao Aterro Sanitário de Cacoal/RO.
ONDE-SE-LÊ: AVISO DE DISPENSA PRESENCIAL No 036/2026/SUMPEL
LEIA-SE: AVISO DE DISPENSA PRESENCIAL No 024/2026/SUMPEL
Informações e Edital/Termo disponíveis no site supracitado, Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br e na sala 08 da SUMPEL na Prefeitura Municipal.
São Miguel do Guaporé/RO, 09 de novembro de 2026

Edvaldo Ferreira da Silva
Superintendente de Licitações

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2026/MISTO

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), Processo nº 96935/2026/SEMUS, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAIS GRÁFICOS para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. R$ 2.200.078,02 (Dois milhões, duzentos mil, setenta e oito reais e dois centavos). Início da sessão: 02/12/2026 às 09h30min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena e Licitanet.
Vilhena-RO,10/11/2026.

LUCILENE CASTRO DE SOUSA – PREGOEIRA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2026/AMPLO

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), Processo nº 1260/2026/SEMED, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Seguro Veicular para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste anexo e seus instrumentos. R$ 68.023,36 (sessenta e oito mil, vinte e três reais e trinta e seis centavos). Início da sessão: 30/11/2026 às 09h30min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena e Licitanet.
Vilhena-RO,10/11/2026.

ANTONIO APARECIDO DUARTE – PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA
EXTRATO CONTRATO N°79/2026

PROCESSO: Nº 485/2026; EDITAL DE CREDENCIAMENTO ONLINE Nº 02/2026; Contratante: Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, CNPJ: 84.723.030.0001-16. Contratado: HL LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA, brasileiro, solteiro, Leiloeiro Público Oficial, portador da Cédula de Identidade nº MG-11.xx0.60x, inscrito no CPF sob nº 01X.721.8XX-16, matriculado na Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER sob nº 047/2023, com endereço profissional na Rua Matias Cardoso, nº 11, Sala 205, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-050. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços profissionais de Leiloeiro Público Oficial, para preparação, organização e condução, exclusivamente na modalidade eletrônica, de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Primavera de Rondônia. Pela execução dos serviços, o CONTRATADO fará jus exclusivamente à comissão correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor de cada bem móvel efetivamente arrematado no leilão por ele conduzido, a comissão será paga diretamente pelo arrematante ao CONTRATADO, não constituindo despesa financeira do Município. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

Lucas Nunes da Silva
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA
EXTRATO CONTRATO N°85/2026

PROCESSO: Nº 495/2026; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026; Contratante: Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, CNPJ: 84.723.030.0001-16. Contratado: HL CONSERVA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 24.178.123/0001-85, com sede na Rua Hermínio Victorelli, nº 693, Bairro Casa Preta, CEP 76.907-636, Ji-Paraná/RO. O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para implantação, revitalização e manutenção da sinalização horizontal e vertical da malha viária urbana do Município de Primavera de Rondônia/RO e do Distrito de Querência do Norte. O valor global é de R$ 392.900,00 (trezentos e noventa e dois mil e novecentos reais). A vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da assinatura e o prazo de execução é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço.

Lucas Nunes da Silva
Prefeito

A Gazeta de Rondônia
32 Anos
LIGUE
3311-3714
Divulgação de Editais,
Pedidos de Licença Ambiental
e outras Publicações Legais



Dinheiro esquecido no sistema financeiro ultrapassa R$ 6 bilhões



Os brasileiros ainda não sacaram R$ 6,03 bilhões em recursos esquecidos em instituições financeiras, informou hoje o Banco Central. O valor disponível para resgate aumentou em relação ao levantamento anterior, quando havia cerca de R$ 5,8 bilhões à espera de devolução.

Segundo as estatísticas mais recentes do Sistema de Valores a Receber (SVR), 24,61 milhões de pessoas físicas e 2,23 milhões de pessoas jurídicas têm algum dinheiro a receber.

Desde a criação do serviço, no início de 2022, o Banco Central já devolveu R$ 16,75 bilhões a 44,91 milhões de beneficiários.

Apesar dos resgates contínuos, o estoque de recursos disponíveis pode crescer de um mês para outro. Isso ocorre porque bancos, cooperativas, administradoras de consórcio e outras instituições financeiras continuam identificando e informando novos valores ao sistema.

Quando a entrada de recursos supera o volume retirado pelos beneficiários, o saldo total aumenta.

Onde está o dinheiro

Dos R$ 6,03 bilhões ainda disponíveis para saque, R$ 4,41 bilhões pertencem a pessoas físicas e R$ 1,62 bilhão a pessoas jurídicas.

Ao todo, o Sistema Valores a Receber já identificou R$ 22,78 bilhões em recursos esquecidos. Desse total, R$ 16,75 bilhões já foram devolvidos, enquanto R$ 6,03 bilhões permanecem disponíveis para resgate.

Confira a distribuição dos valores ainda a receber:

pessoas físicas: R$ 4,41 bilhões (73,2% do total);

pessoas jurídicas: R$ 1,62 bilhão (26,8%).

Valores pagos e recursos ainda disponíveis:

valores devolvidos: R$ 16,75 bilhões (73,5% do total identificado);

valores ainda a receber: R$ 6,03 bilhões (26,5%).

Os bancos concentram o maior número de registros de beneficiários com recursos a receber, confira:

bancos: 13,64 milhões;

administradoras de consórcio: 7,47 milhões;

instituições de pagamento: 3,90 milhões;

cooperativas: 1,97 milhão;

financeiras: 1,44 milhão;

corretoras e distribuidoras: 62,8 mil; e

outros: 3 mil.

O Banco Central ressalta que um beneficiário com valores a receber em mais de um segmento é contabilizado mais de uma vez nessa estatística.

A maior parte dos beneficiários tem direito a pequenas quantias:

69,51% têm valores a receber de até R$ 10;

18,84% têm entre R$ 10,01 e R$ 100;

9,40% possuem recursos entre R$ 100,01 e R$ 1 mil;

2,25% têm mais de R$ 1 mil para resgatar.

Como consultar

A consulta e o pedido de devolução dos valores podem ser feitos gratuitamente no portal do Sistema Valores a Receber.

O Banco Central orienta os cidadãos a desconfiar de mensagens enviadas por terceiros oferecendo ajuda para resgatar recursos esquecidos.

O órgão não envia links, não entra em contato para tratar dos valores nem solicita senhas ou dados pessoais para liberar os recursos.

Fonte: Agência Brasil

CI pede auditoria em concessão rodoviária entre RO e MT



A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou nesta terça-feira (10) dois requerimentos relacionados ao processo de concessão da Rota Agro Central, trecho rodoviário entre Vilhena (RO) e Cuiabá (MT). Um deles prevê a promoção de audiência pública para debater a concessão, enquanto o outro solicita uma auditoria sobre o processo licitatório. O projeto prevê a transferência à iniciativa privada de 887,6 quilômetros das rodovias BR-070, BR-174 e BR-364, no Mato Grosso, e BR-364, em Rondônia.

Os requerimentos REQ 86/2026 e REQ 87/2026 – CI foram apresentados pelo senador Jaime Bagattoli (PL-RO). Ele lembrou que o leilão na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo, já está agendado para 17 de dezembro deste ano.

Bagattoli solicitou auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial sobre o processo licitatório do Lote CN3. Segundo ele, “o empreendimento prevê de R$ 6,13 bilhões em investimentos de capital e R$ 4,28 bilhões em despesas operacionais, projetando uma arrecadação tarifária bruta de R$ 23,4 bilhões ao longo de 30 anos de contrato”.

— Olha o custo que está ficando para o consumidor do “nortão” do Brasil, que está tão distante. Nós temos a menor industrialização no norte do Brasil, não temos ferrovia nenhuma ali. (...) Se fizerem a concessão desses outros 800 e pouco quilômetros, vai inviabilizar totalmente a produção. Vai inviabilizar Rondônia, o Acre e também prejudicar muito o estado do Amazonas — disse Bagattoli na reunião.

Presidente da CI, o senador Marcos Rogério (PL-RO) subscreveu o requerimento por entender que a cobrança de pedágios "impacta o setor produtivo, o comércio e o consumidor".

— Se você fizer a conta do custo que tem no trecho Mato Grosso, do custo que tem no trecho Rondônia e mais do custo que teria para usar as balsas na Hidrovia do Madeira, simplesmente se inviabiliza todo o Arco Norte. O que querem é fechar a passagem por aquela região. E com qual motivação? O que está por trás disso? É uma questão econômica? É uma questão ambiental? O que está por trás disso é o quê? Porque simplesmente inviabiliza — expôs Marcos Rogério.

O senador Bagattoli informou que a questão deve ser debatida em reunião nos próximos dias com o ministro dos Transportes, George Santoro. Segundo o presidente da CI, se não houver alteração dessa questão e, se o processo licitatório se mantiver, o colegiado fará a audiência pública para debater a viabilidade econômico-financeira do edital de concessão.

Fonte: Agência Senado

Respeito à sinalização viária é tema de ação educativa para crianças e adolescentes, em Porto Velho



O respeito à sinalização viária, à faixa de pedestres e às regras de circulação esteve no centro de uma ação educativa realizada pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO). A atividade, executada pela Escola Pública de Trânsito (Eptran) no dia 30 de outubro, em Porto Velho, reuniu 57 crianças e adolescentes com idades entre 7 e 15 anos, atendidos pela Associação Luz do Alvorecer (Aluz), em uma programação voltada à conscientização e à formação de cidadãos mais responsáveis no trânsito.

Realizada na minicidade de trânsito, conhecida como Detranzinho, a ação combinou palestras educativas e atividades práticas, permitindo que os participantes aprendessem, de forma dinâmica, sobre os principais comportamentos que contribuem para a prevenção de sinistros e a preservação da vida.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, investir na educação das crianças é um dos caminhos essenciais para a construção de um trânsito mais seguro. “Além de levar conhecimento, as ações despertam à responsabilidade e ajudam a formar cidadãos que respeitam a vida e as regras de trânsito”, salientou.

DETRANZINHO

Durante as atividades, o agente de trânsito Adil Miranda reforçou orientações sobre circulação segura de ciclistas, destacando a importância do uso do capacete e da observação da sinalização. “Orientamos as crianças sobre como conduzir a bicicleta com segurança, respeitando a sinalização e utilizando equipamentos de proteção. São atitudes que fazem a diferença na prevenção de sinistros e ajudam a construir um trânsito mais humano”, afirmou.

De acordo com o diretor da Eptran, Talysson Bezerra, a metodologia aplicada no Detranzinho reforça o processo de aprendizagem ao unir teoria e prática. “O Detranzinho permite que os estudantes vivenciem situações do cotidiano e compreendam a importância das regras de trânsito. Esse aprendizado contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, preparados para agir com responsabilidade como pedestres, ciclistas e passageiros”, destacou.

APRENDIZAGEM PARA VIDA

A atividade contemplou 30 estudantes no período da manhã e outros 27 no turno da tarde, que receberam orientações sobre travessia segura na faixa de pedestres, interpretação da sinalização viária, uso correto do cinto de segurança, riscos do excesso de velocidade e das distrações causadas pelo uso do celular.

Para a coordenadora pedagógica da Associação Luz do Alvorecer, Luciele Esteves Via Monte, a visita ao Detranzinho ampliou as oportunidades de aprendizagem dos estudantes. “Nossa maior missão é transformar vidas por meio da educação, procurando proporcionar experiências que levem conhecimento além da sala de aula. A visita ao Detranzinho representa uma oportunidade importante para que nossas crianças desenvolvam novos aprendizados e ampliem sua visão de mundo”, disse.

O diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, enfatizou que a educação para o trânsito deve começar desde cedo e, assim, alcançar diferentes comunidades. “Queremos que a educação para o trânsito esteja presente na vida das pessoas desde a infância. Ao receber essas crianças, ampliamos o alcance dessa mensagem, que também chega às famílias por meio delas.”

Texto: Miro Costa
Fotos: Miro Costa
Secom - Governo de Rondônia

